



Anais da Assembléia

Nº 151

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 28 DE OUTUBRO DE 1993

ANOXIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI

Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO

1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO

2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY

1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO

2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSO

3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI

4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado DUÍLIO GENARI
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT	Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL	Deputado JOSE COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB – 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; PP – 09: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; PFL – 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; PDT – 07: Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Aigaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namiir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins Gonçalves; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizato - Adilson Gonçalves Netto; PTB – 08: Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Tralano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; PSDB – 01: Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boi-kô; PT – 03: Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; PL – 02: Carlos Xavier Simões - José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE** – 06: Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Caño Quintana – Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral – Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior – Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto – Secretário da Justiça e da Cidadania
(e) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

**3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 104.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 1993**

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Senhores Deputados Erondy Silvério e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix e Toti Colaço (49). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Ademair Traiano, Carlos Simões, Namir Piacentini, Paulo Maia e Rossoni (05).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. **Aprovada.**

O DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Sr. Presidente, solicito chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - A Mesa defere e procederá à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

Dezoito Senhores Deputados responderam

a chamada.

Em votação a Ata. **Aprovada.**

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofícios:

OFÍCIO Nº 697/93

Senhor Presidente.

Tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência para encaminhar à apreciação dessa douta Assembléia Legislativa as inclusas emendas ao projeto que cria o Juizado Especial para Causas Cíveis de Menor Complexidade, aprovadas pelo Órgão Especial deste Tribunal de Justiça, em sessão ordinária de 22 do corrente, com as respectivas justificativas, com a expectativa de que o anteprojeto tenha sua tramitação retomada para oportuna aprovação, dado o relevante interesse público da matéria.

Na oportunidade, reitero a V. Exa. as expressões de meu elevado apreço.

Sala das Sessões, em 28.10.93

(a) RONALD ACCIOLY RODRIGUES DA COSTA
Presidente

EMENDAS AO PROJETO DE CRIAÇÃO DO JUIZADO ESPECIAL PARA CAUSAS CÍVEIS DE MENOR COMPLEXIDADE.

SEÇÃO XII

Da sentença

Redação do Projeto

Art. 37 - A sentença mencionará os elementos de convicção do Juiz, com breve resumo dos fatos relevantes ocorridos em audiência.

Redação Proposta

Art. 37 - A sentença mencionará os elementos de convicção do Juiz, com breve resumo dos fatos relevantes ocorridos em audiência, dispensado o relatório.

Justificativa

O pressuposto da celeridade e a necessidade de despir o procedimento de formalismos exagerados, já levava o legislador da Lei Federal nº 7.244/84 a dispensar o relatório nas decisões monocráticas, sem omissão, em verdade, do dever de motivar o decidido e, conseqüentemente, expressar concludentemente o julgamento da causa.

A proposta, assim, guarda estrita observância com a legislação em vigor.

SEÇÃO XIII

Dos Recursos

Redação do Projeto

Art. 39 - Da sentença, excetuada a ho-

homologatória de conciliação ou laudo arbitral, caberá recurso para o próprio Juizado.

Redação Proposta

Art. 39 - Da sentença, excetuada a homologatória de conciliação, caberá recurso para o próprio Juizado.

Justificativa

A emenda supressiva visa possibilitar que também a sentença homologatória do laudo arbitral possa ser submetida ao duplo grau de jurisdição, restringindo-se a irrecorribilidade apenas da decisão homologatória de conciliação.

A prática mostra que a opção pelo arbitramento tem sido pouco aceita pelos litigantes na medida em que o laudo, uma vez homologado pelo Juiz, não comporta recurso. E muitas vezes, na tentativa de desfazimento do julgado, o vencido procura a via do mandado de segurança, acarretando desnecessário serviço aos tribunais.

Não se olvida que o número de recursos será aumentado, entretanto, a fácil possibilidade de criação de novas Turmas Recursais por Resolução, evitará demora e excesso de trabalho aos seus integrantes.

O duplo grau de jurisdição, consagrado expressamente nas constituições democráticas, traz ao jurisdicionado a satisfação efetiva de um julgado mais justo, tanto que a Lei Estadual nº 9.446, de 06 de dezembro de 1991, do Rio Grande do Sul, veio possibilitar recurso das sentenças homologatórias do laudo arbitral (art. 39).

Proposta

Inclusão de artigo imediatamente anterior ao artigo 55 (último do projeto), com a seguinte redação:

"Art. ... - Os Juízes integrantes das Turmas Recursais e os Juízes que exercem a jurisdição cumulativa nos Juizados, perceberão ajuda de custo correspondente a 5% (cinco por cento) do vencimento básico."

Justificativa

Tal como estabelecido no Estado do Rio Grande do Sul (artigo quinto, parágrafo terceiro, da Lei nº 9.442, de 03.12.91), urge que se remunere com pequena retribuição aos Juízes que acumulem a jurisdição comum com a especial das pequenas causas, no que fica excetuado o Juizado da Capital, que é o único a funcionar de forma autônoma.

Em quase todas as Comarcas as audiências nos Juizados são realizadas fora do expediente forense, normalmente à noite, trazendo uma sobrecarga de serviços aos magistrados sem qualquer contraprestação pecuniária. De igual forma os Juízes que

integram as Turmas Recursais, vez que realizam as suas sessões de julgamento de modo a não prejudicar os seus serviços habituais.

De mais a mais, a oferta de retribuição será forte incentivo para o funcionamento regular de todos os Juizados que hoje estão instalados em quase todas as Comarcas, sem que se constate mais a notícia da desativação de alguns.

OFÍCIO Nº 660/93

Senhor Presidente.

Com os melhores cumprimentos, venho a V. Exa., no sentido de informar que devido a compromissos assumidos na Região Oeste do Estado, estarei ausente de Curitiba do dia 28 de outubro ao dia 08 de novembro, não podendo portanto participar das sessões entre este período.

Certo de vossa compreensão, reitero meus protestos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 28.10.93

(a) ÉLIO RUSCH

ADEPOL - ASSOCIAÇÃO DOS DELEGADOS
DE POLÍCIA DO PARANÁ

Voto de Repúdio

A Diretoria da ADEPOL/PR reunida em 27 de outubro de 1993, por unanimidade de votos, deliberou:

Considerando, o artigo "Cidadania e Segurança" veiculada no Jornal Gazeta do Povo, edição de 27/10/93, assinada pelo Delegado de Polícia, Dr. José Moacir Favetti, Secretário de Estado da Segurança Pública do Paraná, matéria essa que se constitui em verdadeira negativa a permanência do inquérito policial e conseqüentemente da autoridade policial como elementos básicos do procedimento investigatório e combate à criminalidade;

Considerando, recente palestra e debate realizado nas dependências da Assembleia Legislativa, tendo como palestrante S. Exa., o qual defendeu enfaticamente a figura do Assistente de Segurança para exercer as funções próprias do Delegado de Polícia, inclusive a ampliação do quadro dos chamados "calça-curta" em mais 150 (cento e cinqüenta) comissionados, instrumentos de barganhas políticas;

Considerando, que todas as associações de Delegados de Polícia, civis e federal, em recente Congresso Nacional realizado na Cidade de Gramado-RS, entre outras coisas, decidiram pela negativa do juizado de instrução, pela manutenção do inquérito policial sob a privativa presidência do Delegado de Polícia, propugnando ainda pela autonomia e independência das Polícias Federal e Civil;

totalmente os termos da matéria jornalística referida, bem como a posição publicamente assumida pelo Sr. Secretário de Segurança Pública do Paraná diante da questão do Assistente de Segurança, mormente, por se tratar ele de Delegado de

Curitiba, quinta, em 28.10.93

Polícia Federal pertencente a entidade associativa signatária da Carta de Gramado, tornando-se **inconcebível** o seu posicionamento e necessária a expressão de inconformismo dos Delegados de Polícia.

Curitiba, 28 de outubro de 1993

(a) MILTON RODBARD
Presidente

Cidadania e segurança

José Moacir Favetti

Verifica-se hoje no Brasil o fenômeno da anomia, que é o descrédito da população nas instituições, nas normas e nos políacos.

As cadeias estão lotadas em função do declínio da educação nos últimos trinta anos.

Respostas prontas, para perguntas que não são formuladas, são repassadas à dinâmica social sob a dogmatização de normas. Em verdade escondem, no seu seio, não só a falta desse questionamento, mas tremendas posturas reacionárias que hospedam corporativismos defasados e dissociados da realidade social.

A cara do Brasil não é só Brasília, nem São Paulo nem Rio de Janeiro. A face nacional é este povo extraordinário que trabalha, pisa no barro, vive nas periferias e clama por identidade com o poder público, que não tem.

O que devemos exercitar é o método dedutivo de análise, onde o estado interventor deve dar lugar à conquista da cidadania, colocando o ser cívico brasileiro, o cidadão, no centro da ação. Dele, cidadão, devemos partir para organizar o Estado. Sem exacerbados corporativismos, sem respostas prontas macaqueadas de outros países, ou posturas absolutamente fisiológicas.

O cidadão no centro. Dele deduzimos quais as atitudes que o legislador deverá tomar ao alinhar a legislação.

A ordem pública é frequentemente mimetizada à defesa territorial, muito embora os mecanismos de um e outro tem preparo e treinamento diferenciados.

O Exército nas favelas? Por quanto tempo? É adequado o treinamento recebido para esse tipo de guerra? Estes e outros questionamentos são necessários para termos a visão clara de que a polícia é encarregada da ordem pública e deverá aprimorar-se neste mister.

Com efeito, há uma guerra sem face e não declarada que deve ser atacada pela totalidade dos segmentos sociais. Há de se ceder um pouco do conforto individual, para que reforcemos a disciplina necessária à organização do Estado. Temos democracia. Não temos ordem social.

A conquista da cidadania passa pelo exercício da democracia, com o voto e a consciência política do ser cívico brasileiro. Passa ainda pela postura competente e consequente do eleito. Gerente no executivo ou representante no legislativo.

A educação é outro fator importante para a conquista da cidadania, e, se os mecanismos funcionassem, não necessitaríamos tanto da polícia.

Há que se fazer um pacto comportamental no sentido de melhorar as condições de segurança do brasileiro. Empresários, sociedades civis, corporações, mídia e polícia devem unir esforços nesse mister.

As estruturas policiais necessitam questionamento. O cidadão está sendo atendido? A resposta é: não. As estruturas policiais merecem profunda revisão, mormente no que tange ao pragmatismo de se chegar ao ser cívico brasileiro, o cidadão.

As polícias militares no Brasil padecem da mimetização às Forças Armadas. É certo que necessitamos das Forças Armadas, até como ponto de barganha no contexto internacional para a cristalização

da soberania nacional. Impende contudo observar que as estruturas das Forças Armadas hoje já estão em questionamento. Novos mecanismos cibernéticos, "hi-tech", e a grande arma atual que é a economia da informação renovam a abordagem desse assunto.

Nossas Forças Armadas copiam os aliados das grandes guerras mundiais sob a doutrina americana. E nossas polícias militares copiam "ipsis literis" as Forças Armadas. São reservas e forças auxiliares do Exército, segundo a Constituição Federal. Podem continuar sendo, mas os postos e graduações entre o coronel e o soldado devem ser diminuídos. Como o é em quase todos os países. Torna-se melhor para os integrantes das polícias militares, desbastando a excessiva burocracia. Deixa leve a máquina administrativa e, principalmente, atende melhor o cidadão.

A proposta diminui do coronel ao soldado, dos 14 degraus hierárquicos existentes, para somente cinco: coronel, capitão, tenente, sargento e soldado.

Há um apego injustificável a estruturas absolutamente defasadas que copia o Exército. Não se ousa mais falar em fusão de polícias, em razão do corporativismo, o lobby e a desinformação por parte dos parlamentares sobre o assunto. O ideal seria polícia única, com setores ostensivo e velado.

Entretanto, enquanto isso não acontece, preconizamos que o inquérito policial deixe de ser essa carimbeteira, na maioria das vezes inútil, porque, referido na fase processual, é verdadeira sementeira de corrupção, agonia das partes e manancial dos advogados. Transforma-se o inquérito em processo.

Extinto esse modelo de inquérito, as polícias civis passam a distribuir justiça em casos de menor monta, sob o abrigo do Poder Judiciário. As investigações serão feitas pelas polícias militares, legitimando-se os levantamentos investigatórios que são hoje executados no arripio da lei.

O Ministério Público mais próximo da polícia e coordenador jurídico das ações desta. Repito: como o é em quase todo o mundo. Assim, chegaríamos, com certeza, mais próximos do cidadão, para atendê-lo em seu direito ferido.

Sabe-se ainda que as grandes polícias do mundo são aquelas que tomam conta de pequenos núcleos sociais - "Country Police" ou "City Police".

As guardas municipais têm sofrido injusta contestação por parte das polícias militares no Brasil. Afigura-se-nos salutar que essas guardas, ao abrigo da polícia, recebam treinamento e, após, coordenação da polícia estadual. Que tenham poder de polícia. Com isso desbastar-se-ia grande parte das atividades de menor monta e Polícia Militar e Polícia Civil poderiam desempenhar seus afazeres sem tanta reivindicação de efetivo.

Somos favoráveis ainda à desvinculação dos corpos de bombeiros das polícias militares. Como é em quase todo o mundo.

Preconizamos que os senhores congressistas não se dobrem aos lobbies e às pressões que não representam real e pragmática melhoria ao ser cívico brasileiro. A classe política já está tão desacreditada e precisa urgentemente recuperar o caminho do exercício da democracia cívica.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 4244

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2.ª discussão, constantes da ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 28.10.93.

(a) EURIDES MOURA

REQUERIMENTO N° 4229

Senhor Presidente.

O Deputado que assina o presente, atendendo compromissos partidários, estará em Ipiranga no dia 29 do corrente.

Para tanto comunica a ausência em Plenário, e respeitosamente REQUER as providências administrativas.

Sala das Sessões, em 28.10.93.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO N° 4232

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a reinclusão do Projeto de Lei n° 587/93, na Ordem do Dia da próxima Sessão.

Sala das Sessões, em 28.10.93.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 4231

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas, REQUE-REM prorrogação de prazo por 60 (sessenta) dias, para conclusão dos trabalhos da Comissão Especial do Porto de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 28.10.93.

(aa) MÁRIO BEZERRA - Presidente

ALGACI TÚLIO - Relator

Apoiamento: Doutor Rosinha.

REQUERIMENTO N° 4227

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER envio de Congratulações à Cooperativa Agropecuária de Rolândia - COROL, ao seu Diretor-Presidente, Elizeu de Paula, Diretoria e ao Conselho Fiscal na figura do seu Presidente Cláudio Levy, a seus funcionários e associados pelo transcurso do 30° Aniversário de Fundação.

Sala das Sessões, em 28.10.93.

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista a área de 159.275 hectares (área de plantio), abrangendo os Municípios de Rolândia, Araongas, Cambé, Jaguapitã, Pitangueiras e Sabáudia, a Cooperativa Agropecuária de Rolândia - COROL pode ser considerada o esteio na produção agrícola desta área. Oferecendo a seus associados orientação técnica, assessoria financeira e de crédito, insumos básicos, oficina mecânica, supermercado, comercialização da produção, beneficiamento de café e algodão, torrefação de café e industrialização da cana com produção de açúcar e álcool, ração animal e mineral, a COROL se credencia como empresa completa para que o produtor só tenha a preocupação em produzir e a garantia em contar com uma assistência completa, adequada e eficiente oferecida por esta cooperativa que orgulha o Paraná.

Com um faturamento em torno de US\$ 78.000.000 (setenta e oito milhões de dólares), a oferta de 1.200 (um mil e duzentos) empregos diretos e mais de 2.000 (dois mil) empregos indiretos a COROL pontifica a sua grandeza na Economia Paranaense.

Por sua história de lutas, conquistas a Cooperativa Agropecuária de Rolândia ao completar 30 anos marca a agricultura na região como inserida na história, ou seja, caminhou junto com seus associados na formação de ponta, com dividendos positivos para todos.

REQUERIMENTO N° 4228

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de congratulação ao General-de-Divisão Remy de Almeida Escalante pela sua atuação frente ao Comando da 5.ª Região Militar/5.ª Divisão do Exército.

O General Remy, fez um grande trabalho, no período que esteve no comando da 5.ª Região Militar/ 5.ª Divisão do Exército, entrosando a comunidade com o exército.

Outrossim, desejamos sucesso ao seu substituto o General Antonio Araújo de Medeiros, esperando que o mesmo continue a praticar o bom trabalho iniciado pelo General Remy.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência em nome dos Generais Remy de Almeida Escalante e Antonio Araújo de Medeiros, sito à Rua 31 de março, s/n° - Pinheirinho, em Curitiba.

Sala das Sessões, em 28.10.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 4240

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação em ata de voto de congratulação e regozijo pela passagem de mais um aniversário de criação do Município de Roncador, a ser comemorado no dia 05 de novembro próximo.

Outrossim, requer que, da decisão da Casa, se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito daquele município, Joaquim Rodrigues da Silva, à Av. São Pedro, Praça Moisés Lupion, CEP: 87320-000.

Sala das Sessões, em 28.10.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 4241

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação em ata de voto de congratulações e regozijo pela passagem de mais um aniversário de criação do Município de Ubiratã, que será comemorado no próximo dia 04 de novembro vindouro.

Outrossim, requer que, da decisão da Casa, se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito daquele município, Arnaldo Ferreira Sucupira, à Av. Nilza de Oliveira Pipino, n° 1852, CEP: 87350-000.

Sala das Sessões, em 28.10.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 4242

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação em ata de voto de congratulações e regozijo pela passagem de mais um aniversário de criação do Município de Campina da Lagoa, que ocorrerá no próximo dia 04 de novembro.

Outrossim, requer que da decisão da Casa, se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito daquele município, Marciano Alves de Melo, à Av. JK, n° 996, CEP: 87345-000.

Sala das Sessões, em 28.10.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 4230

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de atender o pedido feito pelos usuários dos ônibus do Município de Colombo.

Ocorre que os moradores do Jardim Guaituba dispõem de três linhas de ônibus,

porém o atendimento é muito deficitário, os ônibus quase não param nos pontos, além de terem um intervalo para passarem nesses pontos de 25 minutos no período da manhã e 40 minutos a 1 hora no período da tarde, dificultando muito a vida da população, principalmente quando necessitam de transporte para se deslocarem ao trabalho e no retorno às suas casas.

Outro problema grave que vem ocorrendo é que, os moradores que residem à Rua Antonio Severino das Neves, à mais ou menos 800 metros do ponto final do ônibus e que faz esquina com três linhas de transporte coletivo, não conseguem apanhar os ônibus porque os mesmos passam direto pelo ponto entre 6:30 e 7:30hs, e muitas vezes, os usuários têm que pegar carona para chegarem ao próximo ponto que se localiza a 3 quilômetros do local.

Pedem que o problema seja sanado urgentemente, alegando que já fizeram abaixo-assinado, porém não foram atendidos. Muitas pessoas estão sendo prejudicadas, principalmente nos horários de pico, por terem horário de chegar em seus trabalhos.

Sala das Sessões, em 28.10.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 4233

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Professor Elias Abrahão, Digníssimo Secretário de Estado da Educação, no sentido de que determine estudos urgentes para a viabilização da implantação do ensino de Segundo Grau, na Escola Estadual Presidente Getúlio Vargas, no Distrito de Herculanópolis, Município de Ivaté.

Do aprovado, requer ainda, que seja comunicado a Prefeita Municipal, Professora Elmida Panazollo, o Vereador Odemir Anselmo de Souza e a direção e o corpo docente daquele estabelecimento de ensino. (Av. Rio de Janeiro, s/n°, CEP: 87510-000 - Ivaté/Pr).

Sala das Sessões, em 28.10.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A proposta pleiteia possibilitar o prosseguimento dos estudos para um grande contingente de crianças e adolescentes que ao concluir o ensino fundamental e o primeiro grau, tem que se deslocar até a sede do município para não parar os estudos.

Não basta somente iniciar, é necessário ir até, se possível, o curso superior e à medida que oferecemos condições para o estudante, com certeza ele aproveitará.

REQUERIMENTO N° 4234

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Mário Pereira, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja determinado a colocação de redutores de velocidade na Rodovia PR-490, no trecho que liga os Municípios de Altônia a Iporã, mais precisamente no local denominado de Chardullo, no Distrito de Vila Nilza.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado o Prefeito Municipal, Salvador Caetano Silva e ao Presidente da Câmara Municipal, Dorival Passarella.

Sala das Sessões, em 28.10.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Considerando que no trecho da Rodovia PR-490, que liga Iporã a Altônia, no local de acesso ao Distrito de Nilza, denominado de Chardullo, existe um ponto de ônibus utilizado tanto pelos coletivos do Expresso Maringá, como pelos da Viação Umuarama, IPOTUR e mesmo os do Município de Iporã, utilizados no transporte de estudantes e considerando ser em razão desse fato elevado o número de pessoas que circulam diariamente no local e considerando ainda as condições da pista do local, que permite a que muitos de seus usuários desenvolvam velocidades superiores à permitida, entre cem a cento e vinte quilômetros horários, fato este causador de sérios acidentes, solicito urgentes medidas do DER para sanar esse problema.

REQUERIMENTO N° 4235

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Nizan de Almeida, Digníssimo Secretário de Estado da Saúde, no sentido de que sejam liberados recursos financeiros para a reforma e ampliação do Pronto-Socorro, do Hospital Municipal de Iporã.

Do aprovado, requer ainda, comunicação ao Prefeito Municipal Salvador Caetano Silva, ao Vereador Dorival Passarella, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal (Rua Pedro Alvares Cabral, 2707).

Sala das Sessões, em 28.10.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Considerando que o Hospital Municipal de Iporã está necessitando de uma reforma geral em seu prédio, fato este que vem causando sérios problemas aos seus usuários e funcionários, solicito urgentes medidas de apoio da SESA, no sentido de que sejam liberados recursos, através de convênios com a Prefeitura Municipal de Iporã

para que se possa melhorar as condições daquela instituição.

REQUERIMENTO N° 4236

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Saúde, DR. Nizan Pereira, solicitando a reconstrução do Posto de Saúde, do bairro Taquarimbé, no Município de Araruna.

Tal solicitação dá-se ao fato que no último dia 22 de abril, o prédio onde funcionava o Mini-Posto de Saúde do Bairro Taquarimbé, naquele município, sofreu prejuízos de grande monta, por ocasião de um vendaval, o que provocou a paralisação das atividades do Posto de Saúde, pois o prédio não oferece condições para o seu devido funcionamento.

Neste sentido, que essa Secretaria, avalie e dê, na medida do possível, o necessário respaldo a tão justa solicitação.

Sala das Sessões, em 28.10.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 4237

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, Mário Pereira, solicitando a implementação de Rodovia Marginal, na Rodovia PR-465, no trecho Araruna, saída Peabiru, a qual é coincidente com o Distrito Industrial de Araruna.

Tal reivindicação prende-se ao fato de melhoramentos das condições de tráfego e segurança aos veículos de médio e grande porte, bem como aos pedestres que se utilizam dessa rodovia.

Neste sentido, que essa Secretaria, avalie e dê, na medida do possível o necessário respaldo a tão justa solicitação.

Sala das Sessões, em 28.10.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 4238

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilmo. Sr. Stênio Sales Jacob, Diretor-Superintendente da SANEPAR, solicitando a inclusão do Município de Imbituva, no Programa de Construção de Módulos Sanitários, propondo a execução de 270 (duzentos e setenta) unidades, em localidades conforme especifica: 180-Bairro Jardim Miraluz; 30-Bairro Nova Brasília; 30-Bairro Areni-

to; 30-Distrito de Guamiranga, no Município de Imbituva.

Trata-se de solicitação justa e necessária, pois dá-se ao fato de atender aquelas populações mais carentes do ponto de vista econômico.

Sendo assim, que esse órgão, avalie e dê, na medida do possível, o necessário respaldo a tal solicitação.

Sala das Sessões, em 28.10.93

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 4239

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário envio de expediente ao Sr. Mário Pereira, para que o mesmo providencie junto ao DNER, a restauração de dois pontos críticos da Rodovia do Café, abaixo descritos.

Um deles fica nas proximidades do SPREA, e trata-se de um buraco com saliência.

O outro fica no quilômetro 492 da Rodovia, em frente da Madeireira Scalla, na pista Capital/Interior, onde, no fim de uma curva, a água da chuva cobre o buraco fazendo o veículo perder a aderência, causando assim vários acidentes.

Há necessidade de uma providência urgente e fundamental para que a segurança de quem ali transita seja maior, e por consequência, para que venha a diminuir o número de acidentes nesses pontos.

Sala das Sessões, em 28.10.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 636/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, mantenedora da Creche "Dona Letícia" com sede e foro na Cidade de Nova Londrina, na Rua Duque de Caxias n° 590.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.10.93

(a) ARLINDO TROIAN

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 20 de fevereiro de 1956, a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI de Nova Londrina, tem prestado relevantes serviços à comunidade carente do município, com a distribuição de alimentos, roupas e agasalhos, além de manter a Creche "Dona Letícia", que atende as crianças para que as mães tenham

Curitiba, quinta, em 28.10.93

condições de trabalhar e ajudar no sustento da família, sendo essas crianças em sua maioria, filhos de trabalhadores rurais bóias-frias.

A APMI, tem atendido, em média, 60 crianças de 0 a 6 anos na creche, além de manter também atendimento à gestante de pouco ou nenhum recurso financeiro, sendo que melhores detalhes encontra-se no relatório anexo.

PROJETO DE LEI N° 637/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública, de acordo com a Lei n° 6.994/78, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, mantenedora da Escola Especial "Integração à Vida" com sede e foro na Cidade da Lapa, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.10.93

(a) ARLINDO TROIAN

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE da Cidade da Lapa, fundada em 31 de julho de 1991, tem prestado relevantes serviços à comunidade no atendimento ao excepcional, e foi com esta preocupação que fundaram a Escola Especial "Integração à Vida" no dia 24 de junho de 1992, onde são atendidos alunos com Deficiência Mental, classificados como moderados do ponto de vista psico-pedagógico, com idade cronológica de 03 a 18 anos.

O relatório anexo ao presente Projeto de Lei, da uma dimensão maior do atendimento prestado pela APAE da Lapa, e mostra o merecimento da declaração de Utilidade Pública, para que a entidade tenha condições de receber ajuda financeira dos órgãos públicos.

PROJETO DE LEI N° 638/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública o Instituto de Recuperação Pedagógico - Ensino Especial, com sede e foro na Cidade de Curitiba, à Rua Desembargador Westphalen n° 1328, Bairro Rebouças.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.10.93

(a) ARLINDO TROIAN

JUSTIFICATIVA:

O Instituto de Recuperação Pedagógico - Ensino Especial, tem por finalidade pro-

porcionar um desenvolvimento máximo às crianças, em sua especialidade, com elemento de auto-realização, tornando-as úteis a si e à comunidade.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Não havendo expediente a ser lido, passamos ao Pequeno Expediente.

Com a palavra o Deputado Eurides Moura.

O SR. EURIDES MOURA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

A Cooperativa Agropecuária de Rolândia está completando trinta anos de existência e de bons e relevantes serviços prestados à comunidade rolandense.

Aquela nossa Cooperativa durante essas três décadas, de fato, prestou, vem prestando e irá prestar, sem dúvida nenhuma, bons serviços à agropecuária, não apenas de Rolândia, mas de mais cinco municípios circunvizinhos, tais como: Cambé, Jaguapitã, Pitangueiras, Sabáudia e Arapongas.

Aquela nossa Cooperativa nessa área de abrangência tem cerca de cento e sessenta mil hectares em plantio que representam naquela forte região agrícola do Estado do Paraná uma ponderável participação na agropecuária do Estado do Paraná e, de uma maneira muito especial, no Norte do Paraná. Isto porque o Município de Rolândia, além de suas terras férteis é 100% mecanizado e naquele município, graças ao trabalho, graças à competência de muitos europeus que lá se instalara, nasceu o plantio direto da agricultura, nasceu também em Rolândia o plantio de arroz em terraço, fazendo com que aquela nossa cidade se despontasse, não apenas no Estado do Paraná, mas na Nação brasileira pela sua competência.

A COROL, durante esses trinta anos, de fato, vem demonstrando que é uma Cooperativa que vem se destacando das demais em todo o nosso Brasil porque se encontra na atualidade em situação, realmente, invejável em função de uma administração muito séria, através do agropecuarista Eliseu de Paulo, o seu conselho diretor. Tem demonstrado, durante esses últimos doze anos que tem a frente daquela Cooperativa, aquele nosso Companheiro que a COROL se destaca em realizações. Como disse atende a cento e sessenta mil hectares de plantio na agricultura forte daquela região.

Tem a Cooperativa agropecuária de Rolândia na agroindústria uma destilaria de álcool que produz cerca de trinta e cinco milhões de litro/ano. A partir de 1993, este ano, portanto, está produzindo açúcar com cerca de quinhentas mil sacas iniciais.

Queremos, neste instante, congratular-nos com o ex-Governador Álvaro Dias que

foi quem conseguiu junto ao Ministério da Agricultura, esta cota para nossa Cooperativa. E para alegria, naquele período, tinha prazer de servir Rolândia como Prefeito daquele Município. Além do álcool e do açúcar, também uma unidade de beneficiamento de algodão, está sendo implantada para os próximos meses, a unidade de fécula de mandioca. E há já, um projeto aprovado para instalação da indústria de suco de laranja.

Por isto, queremos neste instante, em nome pessoal - espero que tenha o aval dos Senhores Deputados - enviar as nossas congratulações ao Sr. Presidente, ao seu conselho diretor e a todos os associados daquela Cooperativa, pelo transcurso de seu aniversário, de seus 30 anos de fundação.

Sou cooperado daquela grande cooperativa com o n° 321. Portanto, um dos pioneiros. E, ela possui, hoje, cerca de 4 mil associados. E para comemoração dos seus 30 anos, no próximo sábado, estará presente em Rolândia, o Sr. Ministro da Agricultura, Dejanir Dal Pasquale, que estará em Rolândia, além de participar da comemoração, fazendo o lançamento oficial do plantio agrícola para 1993 - 1994. Naquela mesma data, o ilustre e competente Secretário da Agricultura do Estado do Paraná será agraciado como cooperativista do ano, uma homenagem justa que a cooperativa agropecuária de Rolândia estará prestando ao Secretário Osmar Dias, pelo seu trabalho, pela sua dignidade e pela sua luta em favor da agricultura do Paraná e da pecuária, também.

Neste sentido, Sr. Presidente e Srs. Deputados, estamos encaminhando à Mesa diretora dos trabalhos, um Requerimento de congratulações. Agradeço e por aqui encerro minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Ainda no Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente e Senhores Deputados, nos últimos dias o Município de Campo Largo tem sido notícia a respeito de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, aberta pela Câmara Municipal daquele Município.

Lamentavelmente, velhos políticos, com seus currais eleitorais, ainda, aproveitaram a ocasião desta Comissão Parlamentar de Inquérito para fazer sua jogada política. Nós, aqui desta Tribuna, temos cobrado as providências, quando tomamos conhecimento de Prefeitos ou ex-Prefeitos que não correspondem à expectativa, que não utilizam corretamente o dinheiro, no atendimento às suas comunidades. Mas, também sabemos usar esta Tribuna para defender aque-

les Prefeitos ou ex-Prefeitos que cumpriram ou que estão cumprindo de forma correta, o seu mandato, outorgado pelo povo.

É por isso que venho a esta Tribuna, hoje. Não para fazer a defesa, porque esta defesa não é necessária. Mas, sim para trazer ao conhecimento deste Plenário de que se articula no Município vizinho de Campo Largo uma jogada estritamente política, que visa atingir o nome honrado de um homem, de um pai de família, de um médico que quando convocado foi para sair às ruas na candidatura a prefeito daquele município, praticamente fechou o seu hospital, paralisou a sua vida pública e dedicou-se de corpo e alma para ajudar a sua cidade, a Cidade de Campo Largo. Eu falo do médico, do pai de família, do cidadão Afonso Guimarães - ex-Prefeito do Município de Campo Largo.

A Câmara daquele município fez uma CPI, a CPI não chegou a um resultado. Abriu-se outra CPI, contratou-se uma empresa para uma auditoria e as coisas ainda não ficaram devidamente esclarecidas. Mas o que se procura na verdade não é tanto o interesse de esclarecer se houve alguma malversação do dinheiro público, na Companhia do Centro de Promoção Agropecuária - o CETAG de Campo Largo. O que procura-se, isto sim - claramente, é tentar manchar o nome de uma pessoa honrada que é a pessoa do nosso amigo, do seu amigo, amigo do Deputado Neivo Beraldin, amigo de outros parlamentares desta Casa, o Dr. Afonso Guimarães.

O Sr. Neivo Beraldin - Permite-me um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - O Deputado Algaci Túlio está falando no Pequeno Expediente, não cabendo, neste momento, o aparte.

O SR. ALGACI TÚLIO - Deputado Neivo Beraldin, peço escusas a Vossa Excelência, e eu já vou entrar no Horário da Liderança e já lhe concedo o aparte.

Então o Jornal "O Estado do Paraná" hoje traz:

- Ex-Prefeito de Campo Largo rebate acusações da ABDC.

"Rebatendo as acusações constantes no relatório da Associação Brasileira de Defesa do Contribuinte, que envolveriam o Centro de Promoção Agropecuária - CEPAG, no período de 1992, o prefeito daquela gestão, Afonso Guimarães, apresentou dúvidas quanto à idoneidade do relatório apresentado. O ex-Prefeito enfatizou que, apesar do CEPAG ser um órgão municipal de Campo Largo, ele possui autonomia financeira e administrativa. "Pelo CEPAG respondem os seus diretores. Eu sou o maior

interessado em que os fatos sejam resolvidos e os responsáveis punidos", desabafou. Guimarães disse ter estranhado que o julgassem culpado pelas ilicitudes ocorridas no CEPAG. Ele reclamou das pessoas que teriam traído sua confiança, já que indicadas por ele para dirigir o órgão e lamentou o mau uso do dinheiro público.

Afonso Guimarães lembrou que no dia 17 de outubro do ano passado, o CEPAG foi alvo de um roubo e que assim que soube do ocorrido, comunicou à polícia, visando a abertura de inquérito policial para solucionar o caso. Guimarães acrescenta que seu mandato terminou no dia 31 de dezembro e que dez dias antes, o vereador Raul Negrão (ex-candidato a vice-prefeito pelo PRN e seu opositor político) pediu a abertura de uma Comissão Especial de Investigação para apurar prováveis irregularidades no CEPAG.

Com o fim dos mandatos, decorrente de nova eleição, o pedido ficou pendente para a Nova Legislatura da Câmara, que, segundo o ex-prefeito, contratou através de licitação pública, a empresa de auditoria Expert, de propriedade de Gilberto Luiz do Amaral, atual presidente da ABDC. Guimarães criticou o relatório da Expert, afirmando que ele não apresentou os responsáveis pelas irregularidades. "O relatório é absolutamente primário, viciado em função de denúncia de que os vereadores que compõem a CEI, teriam pago cerca de 2000 dólares à Expert para mudar os dados finais do trabalho", denunciou.

CORRUPÇÃO ATIVA E PASSIVA

O vereador Carlos Augusto Weber (PDT), ratificou as denúncias do ex-prefeito de Campo Largo. Ele informou que ao receber o pedido de prosseguimento da CEI, os 13 vereadores da Casa votaram a favor, sendo aberta a licitação pública para auditoria. "A Expert venceu porque apresentou o menor preço", informou. Segundo o vereador, há dados diferentes entre os relatórios apresentados pela Expert à Câmara e à imprensa, na semana passada. "Quando o relatório foi apresentado à Câmara, o montante dos prejuízos girava em torno de 51 mil dólares. Para a imprensa o Gilberto (se referindo ao dono da Expert e presidente da ABDC) apresentou números bem maiores, que chegavam a 1 milhão de dólares".

Segundo Weber, o relator da CEI, vereador João Maria Zanlourenzi, teria recebido propostas de alguns dos integrantes da comissão especial de pagar por fora cerca de 2 mil dólares para a Expert manipular o relatório. "O Zanlourenzi se recusou a assinar o relatório e também a pagar o preço por fora", confidenciou. O vereador informou que este dinheiro teria sido pago em cruzeiros (com os preços corres-

pondentes ao dólar) através de ordem de pagamento de agência bancária do município, diretamente depositado na conta da Expert.

GATOS E RATOS

Em consequência desta provável propina que teria sido paga à EXPERT, por parte de alguns integrantes da Comissão Especial de Investigação, o vereador Weber, protocolou no último dia 15 pedido de abertura de outra Comissão para confirmar a idoneidade dos vereadores envolvidos.

"Os motivos que me levaram a este pedido foram vários. Diante dos indícios de corrupção ativa e passiva, da inutilidade do relatório apresentado pela EXPERT, da não apresentação de responsáveis pelas irregularidades, eu pedi a abertura de outra Comissão para investigar isto", disse.

Quanto à inutilidade do relatório, Weber explica: "A EXPERT disse que o CEPAG tinha sonegado até para a Receita Estadual, não teria pago os valores de ICMS. O que eles esqueceram é que o órgão é isento de pagar o ICMS", criticou.

Em relação à entrevista coletiva convocada pelos auditores da EXPERT, o vereador é incisivo ao dizer: "O Gilberto convocou a coletiva porque sabia que o nome de sua empresa estava envolvido no caso da propina. Ele nem esperou o parecer dos vereadores no relatório, se adiantou mesmo", disparou. Weber disse também que no relatório apresentado à Câmara, que contabilizava prejuízos aos cofres públicos em 51 mil dólares, estavam incluídos os valores correspondentes ao ICMS, imposto que o CEPAG é isento.

O relatório foi aprovado pela Câmara Municipal de Campo Largo na última segunda-feira. "Os vereadores aprovaram o relatório, mesmo depois de tudo, para que o trabalho não fosse engavetado e para que os inocentes sejam justificados pela imprensa", finalizou.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - (Faz soar os tímpanos)

Terminou o tempo de Vossa Excelência.

O SR. ALGACI TÚLIO - Para concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Vossa Excelência tem dois minutos para concluir.

O SR. ALGACI TÚLIO - Então, é esta a matéria que gostaria que constasse dos Anais desta Casa, em defesa, não em defesa, repito, mas pelo direito que se tem de se preservar o nome de uma pessoa honesta, de uma pessoa trabalhadora, de uma pessoa que dedicou parte de sua vida às pessoas

mais carentes do Município de Campo Largo, no seu hospital e, depois, na sua vida pública como vice-Prefeito que foi.

E por não aceitar, por não compactuar com as irregularidades na gestão do ex-Prefeito Zanlorenzi, ele acabou rompendo com aquele Prefeito, deixando a vice-Prefeitura para depois sair como candidato a Prefeito e sendo o Prefeito de Campo Largo. Notabilizou-se pelo impulso que deu àquele Município visto o crescimento extraordinário que tem o Município de Campo Largo.

Concedo aparte ao Deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin - Como estava dizendo, Deputado Algaci Túlio, é lamentável que neste embalo de revelações de homens públicos que não tenham cumprido direito o seu papel venha surgir uma denúncia exatamente contra um cidadão que, como Vossa Excelência diz, um cidadão honrado, um médico que dedicou a sua vida especialmente aos mais carentes, um homem de visão política da Região Metropolitana, um administrador público da maior competência, que administrou Campo Largo com larga visão administrativa e seriedade.

Digo isto porque fui e sou companheiro do ex-Prefeito Afonso Portugal Guimarães, um homem íntegro, um homem que merece que esta Casa - como faz Vossa Excelência - se mobilize para defendê-lo, para que a população saiba que o que vem sendo colocado facilmente na boca de alguns, não está correto e quero cumprimentar Vossa Excelência pela iniciativa de ter usado a tribuna na tarde de hoje em defesa de Afonso Portugal Guimarães, um homem - como já disse - honrado, íntegro, competente, capaz, que orgulha a classe política da nossa grande Curitiba, orgulha com certeza todos os ex-Prefeitos, enfim, todos os militantes da vida pública, porque ele consegue aliar o fundamental do homem público que é a decência com a eficiência.

Não tenho dúvida em sair em defesa de Afonso Portugal Guimarães, porque conheço sua vida, sua casa e sua história e tenho certeza que quem tem passado, tem presente e tem futuro.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Agradeço a Vossa Excelência. Nos somamos portanto, nesta luta - repito - não seria nem em defesa de Afonso Guimarães porque na verdade temos certeza absoluta que o seu mandato de quatro anos de Prefeito foi cumprido à risca, com determinação e com vontade, evidentemente, de fazer aumentar o crescimento de Campo Largo. O que se faz aqui na verdade é uma jogada política que tenta se respingar, inclusive, em cima do atual Prefeito

Emílio Pianar.

É esta a nossa posição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - O Deputado Alceu Swarowski comunica a esta Presidência que se encontra no recinto da Assembléia, no Plenário, o Sr. Selmo Adalberto de Carvalho, Presidente do PSDB de Salto do Itararé, o jornalista Renê Miranda, de São José dos Pinhais, e o professor Valber.

No horário do Pequeno Expediente, ainda inscrito, o Sr. Oswaldo Trevisan.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Venho a esta Casa hoje trazer a posição do meu Partido, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, com respeito a questão da quebra do sigilo bancário, assunto que vem despertando o grande interesse na Comissão Parlamentar de Inquérito, do Orçamento, é também de toda a Nação brasileira.

Trago ao conhecimento do Sr. Presidente e dos Srs. Deputados a posição do Diretório Nacional do PMDB, mais especificamente da Comissão Executiva Nacional.

Mas devo dizer também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que esta posição da Comissão Executiva Nacional ela nasceu aqui em Curitiba de uma reunião realizada no último final de semana, sexta-feira e sábado próximo passados, e aqui é que foi inicialmente levantada esta questão.

Diz o seguinte a nota do Diretório Nacional (Lê): "A Comissão Executiva Nacional reunida nesta data, reiterou, a sua posição clara e firme para que seja apurada toda a verdade pela Comissão Parlamentar de Inquérito, instaurada para investigar fatos no âmbito da Comissão de Orçamento do Congresso Nacional.

Nesse sentido:

1. O PMDB contribuiu com o maior número de assinaturas, garantindo a sua instauração. E demonstrando toda a sua insensação, abriu mão da Presidência ou da Relatoria da CPI, cabendo, até, uma de suas vagas ao Senador Suplicy, afim de que a representação do PT no Senado pudesse estar presente nos trabalhos de apuração.
2. Indicando alguns dos seus melhores e mais experientes quadros para membros da CPI, o PMDB, desde o início, tudo tem feito para que se apurem, de maneira cabal e implacável, as irregularidades ou os crimes de quem quer que os haja cometido;
3. Todavia, o PMDB adverte para que a demagogia e a leviandade não envolvam a Instituição Parlamentar, que deve ser engrandecida, exatamente no momento em

Curitiba, quinta, em 28.10.93

que assume a disposição de promover investigações em sua própria estrutura e entre seus próprios membros;

4. Adverte, ainda, o PMDB para manifestações precipitadas e temerárias contra Parlamentares, que não podem ser alcançados em sua honra, simplesmente por citações adotadas e inconsistentes;
5. Ninguém, dentro ou fora do Congresso Nacional, poderá dar lições de austeridade e civismo ao PMDB, que deixou na luta da resistência, os mais altos exemplos no próprio sacrifício de muitos de seus líderes e militantes;
6. Lembra, inclusive, que quando presidiam a Câmara dos Deputados, companheiros do PMDB não tergiversaram em declarar, a perda de mandato de Deputados, alguns deles dos seus próprios quadros, que faltaram com decoro Parlamentar, desrespeitando o Regimento e afrontando a Constituição;
7. Nessa linha de atuação, ressalta que seus integrantes na CPI decidiram abrir mão do sigilo bancário de suas contas, e aprovar todo e qualquer requerimento nesse sentido;
8. Enfim, o PMDB decidiu envidar todos esforços para que sejam aprovados, nos próximos dias, em regime de urgência e total prioridade, os projetos de Lei, de autoria do Deputado Genebaldo Correia e do Senador Pedro Simon, datados, respectivamente, de 10.09.92 e 18.10.93, que propõem a quebra do sigilo bancário de todos os Deputados Federais, Senadores e Dirigentes Partidários.

Brasília, DF, 27 de outubro de 1993."

Esta nota, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que a Executiva Nacional do PMDB traz ao conhecimento da Nação, de maneira clara e explicitada manifesta a sua posição em favor da quebra do sigilo bancário para melhor apuração da Comissão Parlamentar de Inquérito do Orçamento.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Não havendo oradores inscritos para o Grande Expediente, passaremos ao Horário das Lideranças.

Com a palavra o Senhor Deputado Dr. Rosinha, do PT.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Hoje, dia 28 de outubro é o Dia dos Servidores Públicos e queremos dizer que os servidores públicos do Estado do Paraná nesta data, não têm nada a comemorar. Esses servidores hoje são vítimas de ausência de uma política salarial. São vítimas de um achatamento salarial violento e que vem se concretizando nas últimas adminis-

trações públicas do nosso Estado. Alega-se a falta de dinheiro para que tenham melhores vencimentos, mas há uma total ausência de transparência dos investimentos públicos para se saber se realmente existe ou não essa ausência de dinheiro.

Temos acompanhado a luta desses servidores e nos últimos três anos de administração, apesar de por várias vezes terem insistido, esses servidores nunca conseguiram uma reunião com o Senhor Governador.

Dizem os nossos governantes que não é necessário se reunir com os servidores, que, para isso, existe o Secretariado, mas nós sabemos que no nosso Estado, esse Secretariado não tem capacidade de decisão. Dependem sempre do "sim" ou do "não" do senhor governador e no caso dos servidores especificamente, têm levado um constante "não". O "não" em todas as suas reivindicações, inclusive um "não" ao direito de negociar.

Ainda esta semana, os servidores do setor de saúde, com um abaixo-assinado de mais de 3.000 assinaturas, procuraram o Senhor Governador e, como já é sabido, não foram recebidos. Eles não estavam somente reivindicando a falta de uma política salarial. Eles estavam também levando ao Senhor Governador, o conhecimento de que os hospitais da rede pública estadual estão em péssimas condições. Há ausência de servidores para tocar aquele serviço e falta de medicamentos. Iriam pedir ao Senhor Governador, um maior investimento no setor de saúde, uma vez que a atual gestão não investiu mais de 3,5% na média dos últimos três anos e se analisarmos, não chegou a 4% nas últimas três administrações do PMDB do nosso Estado.

O Estado faz o discurso de que "saúde é prioridade", mas a prioridade para eles é repassar todas as obrigações do Estado aos municípios e não investir absolutamente nada.

Era isso o que os servidores queriam debater. Debater essa política de saúde e debater uma política salarial a todos os servidores.

O pessoal, servidor do Judiciário, está em greve há cerca de 40 dias, prejudicando todo atendimento do Poder Judiciário, mas eles não queriam que tivesse esse prejuízo, não desejavam esse prejuízo, mas nos vários momentos que procuraram negociação com o judiciário esse disse que dependia do Senhor Governador, e como o Senhor Governador não negocia nós queremos aqui dizer que a responsabilidade do Poder Judiciário hoje não estar atendendo a população é única e exclusiva do Senhor Roberto Requião e não daqueles servidores que ganham salários miseráveis e que lutam pelo direito, no mínimo, de ter um salário

decente para poder decentemente viver.

Os servidores desejam a definição de uma política salarial, é um plano de cargos e salários, como ficou aprovado na Lei que nós votamos aqui nesta Casa que é a Lei que dispõe sobre a previdência social dos servidores públicos estaduais. No artigo 70 daquela Lei, parágrafo 3º diz que o Poder Executivo encaminhará no prazo de 180 dias um outro Projeto de Lei de revisão da Lei 6.174 de 16 de novembro de 70, bem como instituirá, também, um plano de cargos e salários. Até o momento o Governador não mandou, aliás, ele vetou esse dispositivo, e esse Parlamento derrubou tal dispositivo, e ainda esperamos que até o mês de dezembro ele cumpra o que diz aquela Lei aprovada por esta Casa.

Ainda hoje, nós recebemos uma denúncia séria, a de que servidores do Estado do Paraná que tenham a carteira de identidade de qualquer outro Estado do País, menos do nosso Estado, não receberão o salário nesse final de mês.

Será que esquecem os nossos Governantes que o Brasil é um só e que vivemos numa Federação, e que as carteiras de identidade, por Lei, valem em todo território Nacional, e que não há razão para não pagar esses servidores que têm a carteira de identidade de outro Estado. Eles têm o direito de receber porque trabalharam, e não estão ilegalmente em nosso Estado porque a Lei permite, a Constituição e todas as nossas Leis lhe dão direito de usar a Carteira de Identidade do Estado que desejarem, e diz o Governo que não pagará esses servidores.

O SR. LUIZ H. BONA TURRA (Pela Ordem) - Quero, com satisfação, registrar a presença entre nós do Prefeito do novo Município de Santa Mônica, no Paraná, Valdemir Palmieri, do PMDB do Noroeste do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Devidamente registrado.
Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 49 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 697/93, subscrito pelo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, constante do expediente, encaminhando à apreciação da Assembléia Legislativa as inclusas emendas ao Projeto que cria o Juizado Especial para Causas Cíveis de menor complexidade, aprovadas pelo órgão especial deste Tribunal de Justiça em Sessão Ordinária de 22 do corrente, com as respectivas justificativas. À Diretoria Legislativa para anexar ao res-

pectivo projeto.

Ofício nº 660/93, subscrito pelo Senhor Deputado Élio Rusch, constante do expediente, informando sua ausência de Curitiba, no período de 28 de outubro a 08 de novembro, impossibilitado de participar das Sessões Plenárias, em função de compromissos na região Oeste do Estado. À **Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente, comunicando sua ausência na Sessão Plenária do dia 29 do corrente mês, em virtude de compromissos no Município de Ipiranga. À **Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projetos de lei em nº de 3 (três), de autoria do Sr. Deputado Arlindo Troian, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À **Diretoria Legislativa.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 270/93, de autoria do Deputado Ernani Pudell, que autoriza Doação de Imóvel do Estado do Paraná, conforme especifica, para constituição de Parque Municipal no Município de Cascavel - Pr. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.O.P.T.C. e C.E.M.A.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 351/93, de autoria do Deputado Antônio Annibelli, que autoriza a formação de consórcio de micro e pequenas empresas. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.A.I.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 478/93, de autoria do Deputado Luiz Henrique Bona Turra, que dispõe sobre o depósito legal de materiais informativos na Biblioteca Pública do Paraná e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.E. e C.A.I.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 503/93, de autoria do Deputado Paulo Maia, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Faxinal, no Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 504/93, de autoria do Deputado Paulo Maia, que declara de Utilidade Pública o Club das Mães - Associação Beneficente de Faxinal. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado,**

Curitiba, quinta, em 28.10.93
artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 505/93, de autoria do Deputado Ovídio Constantino, que declara de Utilidade Pública o Departamento Sindical de Estudos Rurais - DESER, com sede na cidade de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 529/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública Estadual o Clube Cultural de Curitiba conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 557/93, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila União Cristo Rei, com sede e foro na Cidade de Curitiba-Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 583/93, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais da Fazenda Rio Grande, com sede e foro no Município de Fazenda Rio Grande-Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 584/93, de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Bairro Cecília, no Município de Almirante Tamandaré. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 616/93, de autoria do Tribunal de Justiça, que reajusta, a partir de 1º de outubro de 1993, os vencimentos dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário e adota outras providências, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado, artigo por artigo.**

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, de nº 01, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01
PROJETO DE LEI Nº 616/93

Art. Único - O Art. 3º passa a ter a seguinte redação"

"Art. 3º - Aos ocupantes de cargos de níveis 08, 09, 10, 11 e 12 da tabela I do Anexo I, fica instituído um abono mensal no valor de CR\$ 6.081,76 (seis mil e oi-

tenta e um cruzeiros reais e setenta e seis centavos), a partir de 1º de outubro de 1993."

Sala das Sessões, em 28.10.93

(a) RENATO ADUR

Apoio: Arlindo Troian, Nelson Garcia, Toti Colaço, Alceu Swarowski e Oswaldo Trevisan.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Sobre a mesa, Requerimentos n.ºs 4244 e 4227 de autoria do Sr. Deputado Eurides Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 4228 e 4239, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 4230 de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 4231 de autoria dos Srs. Deputados Mário Bezerra e Algaci Túlio, com apoio do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 4232 de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos n.ºs 4233 a 4235 de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 4236 e 4238 de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 4240, 4241 e 4242 de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Pela Ordem) - O Sr. poderia especificar o teor dos projetos a serem votados no dia 3?

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Pedirei à assessoria desta Presidência para que proceda e encaminhe a esta Presidência, pois aqui somente é posto o número dos projetos a serem votados na próxima Sessão de quarta-feira, dia 3 de novembro. Mas, peço que Vossa Excelência permaneça, para que ainda seja possível indicar o teor destes projetos a serem discutidos.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Senhor Presidente, só por uma questão de garantia de que nenhum projeto entre sem ter seu encaminhamento legal e regimental, porque pode ter sido incluído um projeto e pode colocar a Mesa Executiva em situação desagradável.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Conhecendo bem a personalidade do nosso Presidente, Orlando Pessuti e do 1º Vice-Presidente, Hermas Brandão, tenho certeza de que os projetos que serão colocados em votação na próxima quarta-feira, têm sem dúvida alguma o amparo legal, conforme exige o Regimento desta Casa.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Eu lhe agradeço, mas estamos tentando resguardar a presença do Presidente Orlando Pessuti.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Agradeço sua observação.

Peço ao 1º Secretário para que proceda à leitura do expediente que chegou a esta Casa, para o devido conhecimento. Trata-se de um voto de repúdio, da Associação dos Delegados de Polícia do Paraná.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Eurides Moura) - (Lê Voto de Repúdio que já foi lido no Expediente)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Esta Presidência tem a satisfação de, ainda nesta Sessão, comunicar ao Deputado Fregonese de que se trata dos Projetos de Lei 374/93, autor Djalma de Almeida César; Projeto de Lei 418/93, do Deputado Nilton Barbosa; Projeto de Lei 463/93, do Deputado Luiz Henrique Bona Turra; Projeto de Lei 483/93, autor Poder Executivo; Projeto de Lei 375/93, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César e Projeto de Lei 512/93, de autoria do Deputado Anibal Khury.

Era isto, Sr. Deputado Fregonese, que esta Presidência tinha a lhe informar.

A SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, quero neste momento me associar a essa manifestação da Associação dos Delegados de Carreira do Estado do Paraná, nesse voto de repúdio, e ao mesmo tempo convocar os integrantes da Comissão de Segurança Pública para uma reunião em seguida a esta reunião extraordinária para que, dentre os assuntos que a Comissão vai tratar em seguida, é exatamente para que analisemos e votemos o parecer com relação à criação dos 150 cargos de delegados "calças curtas".

Por isso convoco os integrantes da Comissão de Segurança Pública para uma reunião neste exato momento na sala das Co-

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Esta Presidência também se associa à Associação dos Delegados de Polícia que merecem o maior respeito por todos os Parlamentares.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 3, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 374, 375, 463, 483 e 512/93.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

- COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
12.^a LEGISLATURA - 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 10.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de outubro de mil novecentos e noventa e três, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Erondy Silvério e com a presença dos seguintes Senhores Deputados: Luiz Antonio Setti, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Alceu Swarowski, Djalma de Almeida César, Antonio Costenaro Neto, Florisvaldo Fier, Júlio Bifon, Colombino Grassano e Toti Colaço. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, aprovando a ata da reunião anterior, após colocá-la em discussão e votação. Passa-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei n.º 553/93 do Deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Colombino Grassano - APROVADO; 02) Proposição Veto n.º 49/93 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei n.º 38/93 do Deputado Colombino Grassano. O Senhor Presidente entende que o parecer do Deputado Colombino Grassano espelha a realidade a por estar preso ao Regimento Interno coloca em votação o requerimento - APROVADO; 03) Projeto de Lei n.º 555/93, do Deputado Geraldo Cartário. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 04) Projeto de Lei n.º 527/93 do Deputado Severino Félix. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Costenaro Neto - APROVADO; 05) Projeto de Lei n.º 540/93 do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Costenaro Neto - APROVADO; 06) Projeto de Lei n.º 327/91. Concedido vistas ao Deputado Florisvaldo Fier; 07) Projeto de Lei n.º 567/93 do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Antonio

Setti - APROVADO; 08) Projeto de Lei n.º 544/93 do Deputado Geraldo Cartário. O Deputado Relator, Luiz Antonio Setti, requer diligência - DEFERIDO; 09) Projeto de Lei n.º 565/93 do Deputado Plauto Miró Guimarães. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Nilton Barbosa - APROVADO; 10) Projeto de Lei n.º 508/93 do Deputado Algaci Túlio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nilton Barbosa - APROVADO; 11) Projeto de Lei n.º 552/93 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Oswaldo Trevisan - APROVADO; 12) Projeto de Lei n.º 518/93 do Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Oswaldo Trevisan - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião, marcando outra para a terça-feira após o feriado, bem como agradece a presença de todos os presentes Deputados.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

Ana Lúcia Andretta- Secretária

Assinaturas ilegíveis

- COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
12.^a LEGISLATURA - 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 25.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de outubro de mil novecentos e noventa e três, reuniu-se na Sala de Reunião das Comissões, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Erondy Silvério e com a presença dos seguintes Senhores Deputados: Arlindo Troian, Nelson Garcia, Paulo Maia, Colombino Grassano, Ernani Pudell, Toti Colaço, Emilia Belinati, Alceu Swarowski, Nilton Barbosa, João Iensen, Oswaldo Trevisan, Antônio Costenaro Neto e José Arthur Ritti. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, aprovando a ata da reunião anterior, após colocá-la em discussão e votação. Passa-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei n.º 250/93 dos Deputados Florisvaldo Fier, Ovídio Constantino e Ernani Pudell. Parecer FAVORÁVEL com substitutivo geral anexo do Deputado Nelson Garcia - APROVADO; 02) Proposição Veto n.º 064/93 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei n.º 534/91, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Garcia - APROVADO; 03) Projeto de Lei n.º 219/93 do Deputado Carlos Simões. Parecer CONTRÁRIO com sugestão para arquivamento do Deputado Nelson Garcia - APROVADO; 04) Projeto de Lei n.º 548/93 do Deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian - APROVADO; 05) Projeto de Lei n.º 505/93 do Deputado Ovídio Constantino. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian - APROVADO; 06) Projeto de Lei n.º 529/93 do Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Arlindo

Troian - APROVADO; 07) Proposição Veto nº 066/93 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 283/93 do Deputado Djalma de Almeida César. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 594/93 do Deputado Nereu Moura. 09) Projeto de Lei Complementar nº 421/92 do Deputado Alceu Swarowski. Parecer FAVORÁVEL às emendas do Deputado Arlindo Troian - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 570/93 do Poder Executivo. Concedido vistas a Deputada Emilia Belinati; 11) Proposição Veto nº 062/93 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 231/93 do Deputado Nilton Barbosa. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 559/93 do Deputado Geraldo Cartário. O Deputado Relator, Toti Colaço requer diligência - DEFERIDO; 13) Proposição Veto nº 073/93 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 370/92 de autoria do Deputado Lourenço Fregonese. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 554/93 do Deputado Geraldo Cartário. O Deputado Relator, Toti Colaço requer diligência - DEFERIDO; 15) Proposição Veto nº 069/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. O Deputado Relator, Alceu Swarowski requer diligência - DEFERIDO; 16) Proposição Veto nº 071/93 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 257/93 de autoria do Deputado Élio Lino Rusch. O Deputado relator, Alceu Swarowski requer diligência - DEFERIDO; 17) Projeto de Lei nº 576/93 do Deputado Namir Piacentini. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Alceu Swarowski - APROVADO; 18) Projeto e Lei nº 579/93 do Deputado Namir Piacentini. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Alceu Swarowski - APROVADO; 19) Proposição Veto nº 063/93 do Poder Executivo que veta Projeto de Lei nº 138/93, de autoria do Deputado Toti Colaço. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Paulo Maia - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 592/93 do Deputado Domingos Carvalho. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Emilia Belinati - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 504/93 do Deputado Paulo Maia. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Emilia Belinati - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 574/93 do Deputado Djalma de Almeida César. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Emilia Belinati - APROVADO; 23) Proposição Veto nº 068/93 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 215/93 de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Emilia Belinati - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 557/93 do Deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ernani Pudell - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 580/93 do Deputado Algaci Túlio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ernani Pudell - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 556/93 do Deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ernani Pu-

dell - APROVADO; 27) Projeto de Lei nº 590/93 do Deputado Domingos Carvalho. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ernani Pudell - APROVADO; 28) Projeto de Lei nº 534/93 do Deputado Geraldo Cartário. O Deputado Relator, Colombino Grassano requer diligência - DEFERIDO; 29) Projeto de Lei nº 584/93 do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Colombino Grassano - APROVADO; 30) Projeto de Lei nº 588/93 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Colombino Grassano - APROVADO; 31) Projeto de Lei nº 569/93 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Colombino Grassano - APROVADO; 32) Projeto de Lei nº 572/93 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Colombino Grassano - APROVADO; 33) Projeto de Lei nº 598/93 do Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Oswaldo Trevisan - APROVADO; 34) Projeto de Lei nº 587/93 do Poder Executivo. Concedido vistas ao Deputado Colombino Grassano, onde faz um apelo para que se convoque o Sr. Secretário de Educação, Professor Elias Abrahão, para que preste esclarecimentos com relação a esta matéria - DEFERIDO; 35) Projeto de Lei nº 583/93 do Deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antônio Costenaro Neto - APROVADO; 36) Projeto de Lei nº 573/93 do Deputado Djalma de Almeida César. O Deputado Relator Antônio Costenaro Neto requer diligência - DEFERIDO; 37) Projeto de Lei nº 535/93 do Deputado Carlos Simões. O Deputado Relator, Antônio Costenaro Neto requer diligência - DEFERIDO. O Deputado Toti Colaço faz uso da palavra para sugerir que seja informado ao Comitê de Imprensa mensalmente o que ocorre na CCJ a fim de que se torne público. 38) Proposição Veto nº 065/93 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 231/92, de autoria do Deputado Ademar Traiano. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Arthur Ritti - APROVADO; 39) Projeto de Lei nº 591/93 do Deputado Domingos Carvalho. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Arthur Ritti - APROVADO; 40) Projeto de Lei nº 596/93 do Deputado Cezar Silvestri e Colombino Grassano. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nilton Barbosa - APROVADO; 41) Projeto de Lei nº 503/93 do Deputado Paulo Maia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Arthur Ritti - APROVADO; 42) Projeto de Lei nº 492/93 do Deputado Domingos Carvalho. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Arthur Ritti - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião, marcando outra para a próxima terça-feira, bem como agradece a presença de todos os presentes Deputados.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária
Assinaturas ilegíveis